

## Desmistificando a Igualdade de Gênero: Uma Análise Crítica da Representação Política Feminina no Brasil

### Autor(res)

Katsura Nayane Balbinot  
Jaqueline Kelli Percio  
Ian Arthur Ribeiro  
Helen Burtet Bedin  
Kiane Follmann Da Silva  
Guilherme Augusto De Toni

### Categoria do Trabalho

Pesquisa

### Instituição

UNOPAR | ANHANGUERA - CAMPUS CHAPECÓ

### Introdução

A desigualdade de gênero na política consiste em um desafio estrutural e atual no Brasil e no mundo, ainda que em diferentes proporções.

Em que pese serem observados avanços legais, a sub-representação feminina não só persiste como se perpetua, alcançando consistir em um abismo entre a teoria democrática e a prática institucional, alcançando reflexos nas mais diversificadas searas sociais e pessoais.

Apesar da existência de cotas legais destinadas à participação política das mulheres, é fundamental avaliar os impactos dessas normas no cenário político, questionando se apenas esse mecanismo legislativo é capaz de promover sua plena inserção.

### Objetivo

Este estudo tem como objeto a seguinte questão central: a legislação brasileira que prevê cotas para candidaturas femininas a cargos eletivos possui o condão de diminuir as desigualdades decorrentes do gênero no contexto político?

### Material e Métodos

A pesquisa pautar-se-á em revisão bibliográfica sobre a representação política das mulheres no Brasil, seguida de uma análise quantitativa e qualitativa de dados sobre sua presença em cargos eletivos, para, por fim, expor algumas reflexões pautadas nos resultados obtidos.

Buscar-se-ão dados e informações em sites de consultas públicas, como google, ONU, planalto, TSE, IBGE, dentre outras redes de domínio público.

### Resultados e Discussão

O Mito da Igualdade Formal

# V CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

SUSTENTABILIDADE, TECNOLOGIA E DIREITOS EM TRANSFORMAÇÃO



Legislação vs. Realidade: Apesar da cota de 30% para candidaturas femininas (Lei 9.504/1997), apenas 18% das cadeiras na Câmara dos Deputados são ocupadas por mulheres (2024).

Falácia das "Barreiras Naturais": Argumentos culturais que atribuem a baixa participação a "escolhas" das mulheres mascaram estruturas de poder excludentes.

Obstáculos Estruturais

Sistema Eleitoral: O modelo de listas abertas beneficia candidatos com recursos (majoritariamente homens).

Financiamento Desigual: Mulheres recebem apenas 32% dos recursos de campanha (TSE, 2022).

Violência Política: 49% das parlamentares relatam assédio (ONU Mulheres, 2023).

Cultura Política e Resistências

Patriarcado Institucional: Lógicas partidárias reproduzem hierarquias de gênero.

Estereótipos: Mulheres são frequentemente relegadas a comissões "sociais", enquanto homens dominam áreas econômicas e estratégicas.

## Conclusão

A sub-representação política feminina emerge sólida na formação tradicional institucional, especialmente no campo político. Infere-se necessário, pois, efetivar ações que eliminem até mesmo os mecanismos mais sutis de exclusão das mulheres, principalmente na esfera política.

## Agência de Fomento

CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

## Referências

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e Política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

ONU Mulheres Brasil. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/202110\\_ONUMULHERES\\_NEWSLETTER\\_04\\_2212.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/202110_ONUMULHERES_NEWSLETTER_04_2212.pdf). Acessado em 14 fev 2025.